

CONGRESSO

Tributária terá impacto positivo no PIB, diz Appy

Secretário frisa que efeito superior a 10% no Produto Interno Bruto ocorrerá em até 13 anos

» FERNANDA STRICKLAND

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou que toda compra internacional terá a mesma tributação das companhias nacionais, levando em consideração o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

“Vão ser exatamente as mesmas regras para empresas brasileiras”, disse, em audiência pública no grupo de trabalho da Câmara sobre reforma tributária. A questão, conforme explicou, não é a mesma discussão que trata da taxa de importações com valor de até US\$ 50.

A declaração de Appy foi bem recebida pelo presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike. Para ele, a tributação das compras internacionais sendo igual à das empresas brasileiras, em relação ao IBS e CBS, pode trazer uma melhora ao cenário da economia.

“A grande perspectiva da nossa indústria e do nosso comércio é poder competir, em termos de igualdade, com seus concorrentes estrangeiros, situação que, nos dias de hoje, não ocorre”, ressaltou Olenike.

Na audiência, Appy sustentou que a reforma deve provocar um aumento de 10% no Produto Interno Bruto (PIB) em até 13 anos. Segundo o secretário, um dos efeitos da mudança é o crescimento da economia, mas isso não deve ocorrer em curto prazo.

“A reforma tributária tem um impacto muito positivo sobre o crescimento da economia. Mantendo a carga tributária com a proporção do PIB, se a economia cresce mais, eu aumento minha arrecadação. Todo mundo ganha”, declarou.

De acordo com o secretário, esses efeitos devem reduzir a pressão pelo aumento da carga tributária em até 13 anos. “O crescimento gerado pela reforma tributária,

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Em audiência na Câmara, Appy falou sobre o Imposto Seletivo: “Não será usado com finalidade arrecadatória”

Primeiro texto

Bernard Appy participou da discussão no âmbito do grupo de trabalho formado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para analisar o primeiro projeto da reforma tributária. Já encaminhado à Câmara, o texto trata sobre a Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo. O Congresso aguarda o Ministério da Fazenda apresentar o segundo projeto, sobre a gestão e a fiscalização do IBS. O tema também deve ganhar um GT.

que não acontece no curto prazo, vai acontecer ao longo dos próximos 10, 12, 13 anos, é um impacto muito grande”, frisou. “Estamos falando aqui de um aumento, nesse período, maior que 10% no PIB

potencial do Brasil por conta da reforma tributária.”

Appy também destacou que a União não tem o objetivo de utilizar o Imposto Seletivo como forma de arrecadação. “Não será usado com finalidade arrecadatória”, enfatizou ele, acrescentando que existe a possibilidade da inclusão dos jogos de azar na alíquota desse imposto.

O secretário ainda disse que a alíquota de referência para resultado das somas dos percentuais do IBS e da CBS, estimada pelo Ministério da Fazenda, é elevada para os padrões internacionais, mas menor em comparação à situação atual no país.

“Às vezes, as pessoas falam ‘não, a alíquota é muito alta, 26,5%’, de fato é alta para padrões internacionais, sim. A alíquota mais alta do mundo, da Hungria, é 27%. Ela é alta, mas comparada com a situação atual (no Brasil) é menor”, pontuou o secretário.

Eleição de risco para governo

Mário Agra / Câmara dos Deputados



Evair de Melo é um dos principais representantes do agronegócio

A Comissão de Agricultura da Câmara elegeu, ontem, o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) como presidente. O parlamentar é vice-líder da oposição e um dos principais representantes do agronegócio na Casa, o que deve aumentar a pressão no colegiado contra o governo.

Evair substituiu o presidente anterior, Vicentinho Júnior (PP-TO), que precisou se afastar do cargo para assumir a função de secretário extraordinário de Ações Estratégicas no estado de Tocantins.

Em 2023, Evair teve discussões públicas com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e trabalhou para convocar o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, para constrangê-lo. Ele também foi integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criada para prejudicar o governo.

O episódio com Marina aconteceu em uma audiência na Comissão de Meio Ambiente, em maio do ano passado. Ela disse que o governo ia apostar na transição energética para tirar “o agronegócio brasileiro da condição de ‘ogronegócio’”.

O deputado reagiu dizendo que a ministra estava querendo lacrar. “Eu quero rechaçar veementemente a expressão que a senhora usou, mesmo que tenha sido para uma minoria”, afirmou. “A senhora, mais uma vez, atingiu desrespeitosamente os produtores brasileiros. Faça este

registro. Naturalmente, a senhora vai lacrar com esse tema, mas isso foi uma infelicidade.”

Seis meses depois, em novembro, Evair queria convocar Carlos Fávaro, na Comissão de Agricultura, para colocá-lo no meio de uma crise de relação do agro com o Planalto.

Naquele episódio, uma prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) expôs perguntas que faziam críticas ao setor. A Frente Parlamentar do Agronegócio na Câmara emitiu uma nota de repúdio ao ministro da Educação, Camilo Santana, pelo ocorrido.

Em novembro, a iniciativa não prosperou sobretudo

porque o presidente da comissão à época, Tião Medeiros (PP-PR), era um nome próximo a Fávaro. Evair pertence a uma ala crítica ao ministro e agora, como presidente, poderá pautar futuras convocações.

O parlamentar capixaba será o responsável por conduzir a votação do projeto que derruba o programa Terra da Gente, que teve o bolsonarista Rodolfo Nogueira (PL-MS) designado como relator nesta semana. A ação foi lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no contexto da reforma agrária, para assentar 295 mil famílias até 2026.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Só os Estados Unidos podem conter Netanyahu

Israel é um Estado como outro qualquer, estabelecido e reconhecido internacionalmente. Por isso mesmo, o mau comportamento de Benjamin Netanyahu, seu primeiro-ministro acusado de genocídio, não deslegitima sua existência, como também o comportamento de governantes desse naipe deslegitimaria a existência de seus países, como a Coreia do Norte. Entretanto, quando Netanyahu viola o direito internacional, Israel deve ser cobrado por isso. Um dia, seus governantes acabarão punidos, internacionalmente e pelos próprios israelenses. Vamos ser claros: o que está acontecendo em Gaza, com a desmedida retaliação aos ataques do Hamas, é crime de guerra, desrespeito aos direitos humanos e limpeza étnica.

Essa constatação não tem nada de antissionista nem de antissemitismo, não é fruto de ódio aos judeus. A maioria das críticas às ações de Israel são fundamentadas nos fatos brutais que estão ocorrendo em Gaza. Tão incorreto quanto comparar o Estado de Israel ao Hamas é justificar a escala brutal dos ataques indiscriminados aos palestinos com a covarde ação terrorista de 7 de outubro. As diferenças se tornaram abissais. As críticas a Netanyahu partem dos governos que se opõem à barbárie em Gaza, não são motivadas pelo antissemitismo nem contrárias à existência de Israel. O direito dos judeus a um “Estado normal” não justificará, jamais, uma “política anormal” em relação aos palestinos.

O Holocausto não pode ser uma desculpa para o comportamento lastimável do governo israelense. Até que ponto o que está acontecendo em Gaza é muito diferente do que aconteceu no Gueto de Varsóvia durante a ocupação nazista? Não creio que essa questão não passe pela cabeça da oposição a Netanyahu. São oito meses de sofrimento, fome e catástrofe humanitária. O recente ataque a um campo de refugiados criado pelo próprio exército israelense, que matou 45 civis inocentes, a maioria mulheres e crianças, não foi um erro trágico, foi uma ação militar planejada, cujo objetivo era matar líderes do Hamas sem que se levasse em conta efeitos colaterais. Isso tem se repetido com frequência. Os fins justificam os meios, essa é a regra do jogo.

Netanyahu trabalha deliberadamente para impedir um cessar-fogo, as exigências do Hamas não justificam esse procedimento. Há um amplo conjunto de decisões de organismos internacionais, inclusive do Conselho de Segurança da ONU, que propõem um cessar-fogo. “Aqueles que dizem que não estão preparados para enfrentar a pressão levantam a bandeira da derrota. Não levantarei tal bandeira, continuarei lutando até que a bandeira da vitória seja hasteada”, disse Netanyahu.

Mas de que adiantará uma vitória de Pirro? A maioria dos países do Ocidente já reconhece o Estado Palestino. Os Estados Unidos e a Inglaterra ainda não, porque Israel é uma peça-chave da aliança militar anglo-saxônica, mas tudo tem um limite. Israel é o Ocidente no coração do Oriente Médio não por causa do seu poder militar, mas porque é uma democracia e defende seus valores, ou melhor, é porque deveria fazer. A ironia de tudo isso é que Israel não está se tornando um Estado mais forte, outros países como o Egito, a Arábia Saudita e a Jordânia, hoje, são mais importantes para a estabilidade política no mundo árabe, mesmo levando em conta a política de “quanto pior, melhor” do Irã.

Pária internacional

Na prática, Netanyahu transformou Israel num fator de instabilidade. Mas não deveria subestimar o mandato de prisão do promotor do Tribunal Penal Internacional, Karin Khan. A morte de dois importantes líderes do Hamas, Khaled Naggar e Yassin Rabia, como justificativa para morte de mulheres e crianças, não vai garantir um habeas corpus de duas Cortes internacionais. Quando deixar o poder, Netanyahu corre o risco de acabar seus dias na cadeia. Ao ignorar a decisão da Corte que mandou suspender as ações em Rafah, tomadas exatamente para impedir esse tipo de “erro trágico”, prevaricou de forma imperdoável para os integrantes da Corte.

Netanyahu transformou Israel num pária internacional, será longo o caminho para reconstruir a sua imagem. O país se tornou prisioneiro da extrema direita e do seu complexo militar industrial. Joe Biden, Emmanuel Macron, Rishi Sunak e Olaf Scholz, os líderes de Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha, estão cada vez mais distantes de Israel. Eram aliados de primeira hora.

A guerra civil na Irlanda do Norte chegou ao fim quando um presidente norte-americano pressionou os emigrantes irlandeses nos Estados Unidos a deixarem de mandar armas e dinheiro para o Irã Provisório. A economia da África do Sul entrou em colapso quando a Doutrina Sullivan obrigou as empresas norte-americanas a saírem de lá por causa do apartheid. Sem eleições, por causa da guerra, a oposição a Netanyahu em Israel não tem como barrar sua insanidade e chegar a um acordo de paz. Mas Biden tem esse poder, se deixar de fornecer armas e recursos para Israel, até que se chegue a um acordo de paz. Isso significa entregar os judeus de bandeja para os seus inimigos, como o Hamas e o Irã? Claro que não! O caminho não é a limpeza étnica em Gaza e o apartheid na Cisjordânia, continua sendo a solução de dois estados: a Palestina e Israel.



O crescimento gerado pela reforma tributária, que não acontece no curto prazo, vai acontecer ao longo dos próximos 10, 12, 13 anos, é um impacto muito grande. Estamos falando aqui de um aumento, nesse período, maior que 10% no PIB potencial do Brasil”

Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária

Caso Janones: análise adiada

O deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) não compareceu à sessão do Conselho de Ética da Câmara, ontem, que julgaria o pedido de cassação do também deputado André Janones (Avante-MG), acusado de pedir parte dos salários de funcionários do gabinete para uso próprio, prática conhecida como rachadinha. Como Boulos é o relator da representação, a análise do caso teve de ser adiada pela segunda vez.

Conforme o presidente do colegiado, Leur Lomanto Jr. (União Brasil-BR), Boulos informou, antes da sessão, que só chegaria a Brasília às 18h. A reunião do Conselho estava marcada para as 11h. A reportagem procurou a equipe do deputado do PSol para entender a ausência do parlamentar, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

Boulos participou da reunião do Conselho em 15 de maio, quando apresentou um parecer favorável ao arquivamento do processo contra Janones. Segundo o deputado, os crimes teriam ocorrido antes do mandato e, portanto, não seriam passíveis de análise pelo Conselho de Ética.

Os deputados eleitos em 2018 tomaram posse no dia 1º de fevereiro de 2019. A gravação ocorreu no dia 5 daquele mês. Janones nega a prática de “rachadinha” e alega que os áudios foram tirados de contexto.

A reunião seguinte, marcada para o último dia 22, foi cancelada por Lomanto.